Bolsas
Na terça-feira
1,43% São Paulo
1,09% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
165.528 — 171.006
28/10 29/10 30/10 3/10

Na terça-feira
R$ 5,487
(+0,79%)

Dólar

	Últimos
26/outubro	5,402
27/outubro	5,350
28/outubro	5,340
29/outubro	5,387
30/outubro	5,444

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R$ 6,140

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,61%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto Seletivo vai ao Congresso

O chamado "imposto do pecado" incidirá sobre produtos como bebidas alcoólicas. Segundo o ministro da Fazenda, a MP que trata do tema será encaminhada hoje, após apreciação do presidente Lula

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Washington Costa/MF



Em conversa com jornalistas, o ministro Durigan também comentou que o governo não pensa em intervir na taxa Selic, como propõe Lara Resende

O governo encaminha hoje ao Congresso Nacional a medida provisória que regulamenta a criação do Imposto Seletivo e estabelece a regra de transição para a substituição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De acordo com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o texto da MP já está na Casa Civil e deve ser apreciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva antes de seguir para as casas legislativas.

Segundo o ministro, o novo tributo exigiu uma readequação técnica na cobrança por conta da retirada de tributos estaduais da base de cálculo. "Tem um ajuste de base porque o ICMS está dentro da base de cálculo do IPI. Quando a gente expurga para limpar a base de cálculo do novo tributo, que é o Imposto Seletivo, você tem um ajuste na alíquota a ser feito", explicou.

Criado pela reforma tributária, o chamado "imposto do pecado" incidirá sobre produtos como bebidas alcoólicas, refrigerantes e meios de transporte — automóveis, embarcações e aeronaves.

A cobrança do Imposto Seletivo ficará sujeita à regra da noventena, que exige que a medida seja publicada 90 dias antes do início da cobrança. Significa que, para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2027, a o texto precisaria ter sido editado até o começo de outubro. Caso seja enviada neste mês, como comunicou o titular da Fazenda, a cobrança passará a valer apenas em fevereiro do próximo ano.

Para resolver a questão, a equipe econômica vai enviar uma proposta ao Congresso, prorrogando a cobrança do IPI aos setores que passarão a ser taxados com o novo tributo. Segundo Durigan, a extensão do IPI foi acordada com os segmentos e valerá apenas para janeiro. "Fiz um acordo com todos os setores impactados pelo Imposto Seletivo e os setores têm acordo em manter a carga do IPI. Isso foi feito a várias mãos com os setores, que deram esse ok para que a gente siga em comum acordo agora para o Congresso", frisou.

O envio de uma proposta é necessário porque o IPI terá alíquota reduzida a zero para quase todos os produtos a partir de 2027. A cobrança será mantida apenas para preservar a competitividade da Zona Franca de Manaus.

Ajuste fiscal

Na conversa com os jornalistas, o ministro da Fazenda também respondeu sobre as cobranças que o governo vem sofrendo pela redução de gastos. Ele defendeu um ajuste fiscal "gradual" e negou que esteja em estudo qualquer medida para intervir na taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,25% ao ano.

"Estamos tratando de um ajuste gradual que respeite os compromissos de campanha, que seja justo em relação aos mais pobres", disse o ministro. Em seguida, Durigan chamou de "incipiente" a ideia sustentada pelo economista André Lara Resende de colocar a Selic em 7,5% e utilizar recursos das reservas internacionais brasileiras para eventuais descontroles no câmbio.

"Não é uma proposta a ser avaliada ainda. E tem várias deficiências, do meu ponto de vista, vários problemas que estão colocados e que eu mesmo, a minha equipe vai poder conversar com ele, com outros economistas, como já temos feito, mas não há nada nesse sentido sobre a mesa. É importante deixar claro", enfatizou.

A ideia de reduzir a taxa de juros por iniciativa do Executivo é uma bandeira sustentada por aliados de Lula, entre os quais estão integrantes do PT, como a ex-ministra Gleisi Hoffmann. "Artigo de André Lara Resende, publicado em 25 de setembro, é fundamental para enfrentar essa ofensiva terrorista sobre a política fiscal brasileira", escreveu Gleisi, ao compartilhar nas redes sociais o texto escrito por Lara Resende, um dos economistas responsáveis pelo Plano Real.

A proposta de Lara Resende foi defendida pelo ex-presidente da Petrobras e um dos coordenadores do plano de governo de Lula, o economista José Sérgio Gabrielli. "Merece atenção especial a proposta de André Lara Resende de criação de um mecanismo mais amplo do que o CMN (Conselho Monetário Nacional) para coordenar a política monetária e fiscal no Brasil. O pior dos mundos é a situação de conflito de objetivos entre as duas políticas no curto prazo", escreveu. "A política fiscal deve ser suficientemente flexível para se ajustar a um cenário de redução, bem como de crescimento da economia", acrescentou.

Lindbergh Farias (PT-RJ), vice-líder do governo na Câmara, questionou por que a decisão sobre a Selic pode ser impactada pelo aumento da curva de juros futuros diante da vitória de Lula e sustentou que essa taxa deveria ser decidida pela "economia brasileira, não pelo humor do mercado financeiro".

"É sério que da sexta-feira antes do segundo turno até aqui o mercado alterou completamente suas projeções em relação à taxa básica de juros? Quer dizer que se Flávio Bolsonaro tivesse sido eleito a redução seria de 0,5% ainda este ano e com a eleição de Lula é ZERO, vão manter os atuais 13,75%? É escandaloso! Não há nada de técnico nisso. Estão fazendo política e sabotando a nossa economia", publicou.

Alíquota de 11,3% da CBS em debate na CAE

» LUÍZA ALTOÉ

Ton Molina/Agência Senado



Braga será relator do Ploa de 2027 e do projeto de resolução da CBS

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) agendou para a próxima terça-feira, a audiência pública que vai discutir a alíquota de 11,3% fixada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para calibrar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O Senado precisa validar ou não essa taxa até o dia 15 de dezembro, por meio de resolução.

Designado ontem relator do projeto de resolução, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), antecipou que os parlamentares não estão satisfeitos com a taxa calculada pelo TCU. "Todos nós fomos pegos de surpresa com uma alíquota de 11,3% na CBS e vamos com responsabilidade aprofundar", destacou Braga.

A alíquota de 11,3% ficou acima dos 9,21% projetados pelo Ministério da Fazenda. Diante dessa diferença, Braga pediu explicações sobre o método de cálculo. "Não era essa a previsão estabelecida pelos próprios estudos da Receita Federal e pelos próprios estudos encomendados à época ao Tribunal de Contas da União", defendeu.

A CBS vai substituir o PIS e a Cofins, tributos cobrados hoje sobre o consumo. Ela começa a valer em 2027, em fase de teste, e a transição segue até 2033. A alíquota de referência é o percentual que o TCU calcula para manter a arrecadação dos tributos substituídos.

O requerimento da audiência pública convoca autoridades do TCU, da Receita Federal, do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) e do Ministério da Fazenda. Também devem participar representantes da Confederação Nacional do Comércio (CNC), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon) e da Fundação Getulio Vargas (FGV).

A reunião de líderes, ontem, também definiu que Braga será o relator do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, cuja votação foi atrasada pela campanha eleitoral. "Nosso foco será garantir recursos para áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura e segurança, mantendo o compromisso com o equilíbrio fiscal e a responsabilidade com o dinheiro de cada brasileiro", disse Braga, no X.

Líder do MDB na Casa, Braga é aliado do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador já relatou propostas importantes para o Executivo, como a própria reforma tributária e sua regulamentação, além da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

MERCADO

Copom decide hoje nova taxa Selic

» RAPHAEL PATI

O Comitê de Política Monetária (Copom) define hoje a nova taxa básica de juros. A aposta do mercado financeiro para a conclusão da reunião, que teve início ontem, voltou a ser de uma Selic de 13,5% ao ano, após a mediana das projeções levantadas pelo Boletim Focus terem reduzido para 13,25% na primeira semana após o primeiro turno das eleições.

Além da taxa em si, os investidores estão atentos ao comunicado que será emitido pelo Banco Central, após a reunião, que vai sinalizar os próximos movimentos em relação ao juros no país. Segundo o Focus, a maioria ainda espera uma queda de 0,25 ponto percentual nesta reunião e o encerramento do ciclo de queda no último encontro do ano, marcado para os dias 8 e 9 de dezembro.

A mediana das projeções para a Selic também subiu em todo o horizonte do relatório. Para 2027, o mercado espera uma taxa de juros a 12,5% a.a., ante uma estimativa de 11,75% a.a. até a semana anterior. Nos anos seguintes, 2028 e 2029, as apostas subiram para 11% e 10,25%, respectivamente. O analista da Ouro Preto Investimentos Sidney Lima avalia que a projeção de 10% para 2028 só voltará a ser viável com um ajuste fiscal convincente, baseado no controle das despesas obrigatórias e na recuperação dos resultados primários.

"Sem isso, qualquer expansão adicional dos gastos tende a ser cobrada pelo mercado por meio de um dólar mais caro, juros futuros elevados e crédito mais restrito. Para a Bolsa, vejo um ambiente de maior seletividade, com empresas endividadas e dependentes do consumo doméstico mais pressionadas", destaca o especialista.

Na mesma linha, o CEO da Asset, Gustavo Assis, considera que a expectativa de juros menores, mesmo diante de uma inflação mais elevada, está relacionada ao patamar ainda restritivo da política monetária, que tende a continuar limitando o consumo e os investimentos. Entretanto, caso o aumento das despesas públicas não seja acompanhado por medidas consistentes de controle fiscal, ele acredita que o mercado poderá exigir prêmios de risco maiores, pressionando o dólar, os juros futuros e as expectativas de inflação.

"Para permitir uma redução sustentável da Selic até 2028, será fundamental apresentar um ajuste estrutural das contas públicas, com controle das despesas obrigatórias, maior eficiência do gasto e uma trajetória crível de estabilização da dívida. Sem essas medidas, a economia poderá conviver com juros reais elevados por mais tempo, dificultando a recuperação do crédito, do consumo e dos investimentos produtivos", analisa Assis.

Já para André Matos, CEO da MA7 Capital, o governo precisaria sair do déeicit e mostrar um caminho crível de superávits crescentes, com revisão de gastos obrigatórios e de benefícios tributários, rumo aos cerca de 2% do PIB que estabilizariam a dívida. "A ideia de que mais gastos seriam compensados pelo dólar e pelos juros mais altos não se sustenta: mais da metade da dívida é atrelada à Selic, e cada ponto a mais de juros custa algo perto de R$ 50 bilhões por ano ao governo, cerca de metade de todo o pacote de medidas da campanha", destaca.